

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATA  
1.1 – 9ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 3 – REQUERIMENTOS APROVADOS
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 5 – ERRATAS



**ATA**

## ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/2/2021

### Presidência dos Deputados Antonio Carlos Arantes, Doutor Jean Freire e Professor Cleiton

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 2.428/2021; Requerimentos nºs 7.119/2020, 7.370 e 7.393 a 7.402/2021 – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Marquinho Lemos, Noraldino Júnior, Doutor Jean Freire, André Quintão e Professor Cleiton – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Votação de Requerimentos: Requerimento nº 4.594/2020; discursos do deputado Fernando Pacheco e da deputada Andréia de Jesus; votação do requerimento; aprovação – Requerimento nº 4.661/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 4.853/2020; aprovação – Requerimento nº 4.929/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 5.707, 5.835 e 5.909/2020; aprovação – Requerimento nº 6.292/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 6.300, 6.303 e 6.396/2020; aprovação – Declaração de Voto – Questões de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

## Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

– O deputado Zé Reis, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### PROJETO DE LEI Nº 2.428/2021

Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a firmar convênio com a Fundação Ezequiel Dias (Funed) para apoio técnico, científico e financeiro, visando a fabricação da vacina contra o Covid-19.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Fundação Ezequiel Dias – Funed, para apoio técnico, científico e financeiro, visando a fabricação da vacina contra o Covid-19, a fim de atingir a cobertura total de toda a população mineira.

Parágrafo único – Para consecução dos objetivos previstos no caput, a Funed poderá formalizar parcerias com laboratórios e institutos produtores de insumos e antígenos vacinais que tenham sido aprovados pelos órgãos reguladores.

Art. 2º – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos recursos orçamentários e financeiros do Fundo Estadual de Incentivo à Inovação Tecnológica – FIIT, instituído pela Lei nº 17.348/2008.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de janeiro de 2021.

Repórter Rafael Martins (PSD)

**Justificação:** O Brasil já registrou mais de 216 mil mortes ocasionadas pelo coronavírus, e conforme tem se noticiado, uma segunda onda de contaminação atingiu o mundo e seus efeitos tiveram reflexos no Brasil e no Estado de Minas Gerais. O aumento no número de casos, internações e óbitos é extremamente preocupante.

Nesse sentido, o presente Projeto de Lei visa fornecer recursos financeiros para que a Fundação Ezequiel Dias possa produzir a vacina contra o Covid-19, a fim de imunizar toda a população mineira, obedecidos os ditames constitucionais e as regras definidas na Lei Federal nº 13.979/2020.

Importante destacar que a Funed tem larga experiência na produção de vacinas e, além de possuir capacidade técnica e estrutural, conta com profissionais extremamente qualificados.

As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Incentivo à Inovação Tecnológica. Nos termos do artigo 22 da Lei nº 17.348/08, o FIIT exercerá função programática e seus recursos são aplicados sob a forma de fomento.

A vacina a ser fabricada deve, preferencialmente, ter sido aprovada pelos órgãos reguladores dos EUA, Reino Unido, China, Rússia ou pelos países do Mercosul. Ademais, os recursos financeiros podem ser utilizados para compra da patente dos insumos e vacinas.

A Funed poderá formalizar parcerias com laboratórios e institutos produtores de insumos e antígenos vacinais (ex. Butantan, Fiocruz).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### REQUERIMENTOS

Nº 7.119/2020, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer a inserção, nos anais da Casa, do artigo “Os acordos possíveis com a Vale”, de Vittorio Medioli, publicado no jornal *O Tempo*, de Belo Horizonte, em 7/12/2020. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.370/2021, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja formulado voto de congratulações com o 2º-Sgt. PM Reinaldo Pereira da Silva, o Cb. PM Jefferson dos Santos Bento, o Cb. PM João Paulo de Moraes Leal Parreiras, o Cb. PM João Marcos Valério e o Cb. PM Diogo Marques Luciano, do Batalhão de Operações Policiais Especiais – Bope –, e o Cb. PM Douglas Pereira Botelho, do 33º Batalhão da Polícia Militar, pelos serviços prestados. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.393/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o modelo e a grade do ensino integral da Escola Estadual Henriqueta Lisboa. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.394/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja assegurada a oferta do ensino médio regular diurno, em 2021, na Escola Estadual Henriqueta Lisboa, localizada no Bairro Jardim Vitória, em Belo Horizonte, bem como seja permitido aos alunos residentes na região, que foram matriculados em escolas distantes, ter sua matrícula transferida para a referida escola. (– À Comissão de Educação.)

Nº 7.395/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram da operação realizada em 23/1/2021, no Município de Jaboticatubas, que resultou na apreensão de 1.034 barras de maconha, 170 barras de *crack* e dois veículos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.396/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram da elucidação de um crime de latrocínio ocorrido em 13/10/2020, no Município de Contagem. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.397/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sgt. BM Gilberto de Oliveira Gomes pela atuação na ocorrência, em 19/2/2021, no Município de Manhuaçu, quando resgatou uma mulher que estava em risco em sua casa alagada. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.398/2021, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Eduardo Alves de Freitas pela passagem do seu 53º aniversário. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 7.399/2021, do deputado Gil Pereira, em que requer a inserção, nos anais da Casa, do Programa Destrava Minas, lançado em 22 de março de 2021. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.400/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para manutenção dos leitos de enfermaria e UTI destinados aos pacientes acometidos pela covid-19 no Município de Cataguases, tendo em vista que o município não dispõe dos recursos necessários para assegurar o pleno atendimento da comunidade cataguasense. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.401/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao diretor do Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, pedido de informações sobre a transferência feita através de contrato de gestão com a Organização Social do Hospital Regional Antônio Dias, no Município de Patos de Minas, em que sejam apresentados os estudos técnicos, sociais e gerenciais capazes de comprovar que não haverá comprometimento dos atendimentos, especialmente por se tratar de um momento de pandemia; sejam encaminhados termo de referência, projeto básico ou outro instrumento prévio de planejamento, ato de qualificação das organizações sociais, planilha detalhada de composição de serviços e custos que serão gerenciados pela referida organização social; o ato convocatório do chamamento público e o comprovante de sua publicação, caso já tenha sido selecionada a organização social; os documentos relativos à qualificação econômica e financeira da organização selecionada e planilha detalhada, acompanhada de pareceres e estudos técnicos que comprovem que a celebração de contrato de gestão é mais vantajosa para a administração; o cronograma de transferência da gestão, bem como todos os estudos preliminares que o antecederam; a autorização do Conselho Estadual de Saúde; o detalhamento de todos os objetivos e metas a serem alcançados com a transferência da gestão, em especial a qualidade dos atendimentos, o número de servidores lotados no hospital, separados por categorias profissionais, incluídos terceirizados e contratos temporários; o montante global da remuneração, a planilha detalhada dos custos de insumos, bem como as despesas com alimentação, manutenção de prédio e todas aquelas relacionadas às atividades meio e fim da unidade hospitalar; a anuência ou concordância dos servidores em relação à sua transferência para organizações sociais; e a especificação das medidas a serem tomadas em relação aos servidores que recusarem a transferência para organizações sociais, bem como a relação das unidades para as quais serão transferidos, esclarecendo-se se a transferência ocorrerá dentro do município. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.402/2021, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Arasmindo Pereira da Silva pela comemoração dos seus 90 anos de idade, 60 anos de ministério e 50 anos presidindo a Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Uberaba. (– À Comissão de Cultura.)

#### **Oradores Inscritos**

O deputado Marquinho Lemos – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde aos nossos colegas deputados e deputadas. Boa tarde também aos funcionários desta Casa e a todos que nos assistem hoje pela TV Assembleia.

Eu venho aqui, Sr. Presidente, infelizmente, com muita tristeza para falar de novo sobre o mal causado pelas chuvas em várias cidades, principalmente na Zona da Mata, em Suaçuí. A gente volta aqui lembrando que, no ano passado, logo no início do ano, nós tivemos esses mesmos fatos ocorrendo. Infelizmente, o que a gente tem ouvido de relato de muitos municípios, de vários prefeitos, é que pouca coisa foi realizada contando com a ajuda do governo do Estado. Então é importante a gente frisar isso, porque mais uma vez o que nós estamos vendo é o governo do Estado de Minas tentando colocar toda a responsabilidade nas costas dos prefeitos e deixando de anunciar, até o momento, qual a verdadeira ajuda que dará a esses municípios. Ser solidário, fazer a visita, ir lá, tudo isso é importante, mas também é preciso entender que o governo precisa colocar recurso, o governo precisa anunciar logo um plano de recuperação, de apoio a esses municípios, para que eles recuperem não só a parte patrimonial, não só a questão das pontes, das ruas, mas também para que pensem naquelas famílias que hoje se encontram desabrigadas. E até agora o governo não tem... Pelo menos nós não sabemos de nenhum anúncio por parte do governo do Estado de apoio a essas cidades.

Mas queremos aqui lembrar, ressaltar e parabenizar o grande trabalho feito, como sempre fazem quando acontecem essas chuvas fortes, da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros. Parabenizamos pela atuação deles. A gente sabe que esses órgãos sempre

aparecem, como sempre, naquela hora, e a gente conta com eles de imediato, mas é preciso pensar que o governo também precisa fazer sua parte, precisa dar aos prefeitos já um alento de que vai, de fato, corresponder e definir valores para essas cidades.

Eu tenho falado muito por onde a gente tem andado que as nossas cidades, principalmente aquelas que possuem rios correndo dentro do perímetro urbano, rios de que antes tínhamos histórias, que fizeram parte da nossa juventude, da juventude de muitos e muitos moradores e hoje estão se transformando em um grande inimigo da população... E é pena a gente ver isso, como os nossos rios... Principalmente na seca, eles têm mais esgoto, mau cheiro, que incomoda todos os moradores. E agora, quando vêm as águas, eles trazem todo esse desastre, todas essas consequências, e a gente entende que nós não podemos continuar assim. É preciso começar a estudar, é preciso começar a pensar em soluções para amenizar e para resolver esses problemas.

Nós não podemos cada dia mais transformar os rios em nossos inimigos. E é o que temos feito. Nas conversas que a gente tem feito quando estamos no interior, notamos muito isto, a relação dessa geração mais nova com o rio, que já não faz parte da sua vida, já não existe sua história, não foi o rio onde ele nadou, não foi o rio onde ele pescou, não foi o rio onde ele buscava água. Aí ele já não tem mais o mesmo carinho, o mesmo amor que nós aprendemos a ter pelas águas. Por isso eu acho que neste momento, em que nós estamos vendo os desastres acontecendo devido às fortes chuvas, é importante também chamar a atenção e - assim como em todo início de ano ouvimos a mesma coisa, porque sempre acontece a mesma coisa - começar a pensar em soluções para que esses rios voltem a ser, sim, os rios da nossa vida, os rios importantes, aqueles que de fato merecem todo o nosso carinho, principalmente o dali, que a gente sabe que é de onde sai toda a água que utilizamos na maioria das cidades. Por isso que eu quero aqui chamar a atenção para o momento que estamos vivenciando tudo isso que está acontecendo em Minas Gerais, como foi no início do ano passado, quando nós fizemos audiências, ouvimos aqui relato de prefeitos, prefeitos que estavam perdidos sem saber como iriam resolver os problemas da sua cidade. E, mais uma vez, o que nós ouvimos e estamos vendo de novo é o governador de Minas passando a responsabilidade para o governo federal e para os prefeitos.

Há poucos dias, eu estava vendo a entrevista do governador, e, em Santa Maria do Itabira, na sua visita lá, ele deu uma declaração que demonstra como sempre passa a responsabilidade para outros. Tem sido assim com a pandemia, em que ele joga toda a responsabilidade para os prefeitos, ele não tem iniciativa nenhuma no enfrentamento ao vírus. Nós estamos vendo isso agora também com os danos causados pelas fortes chuvas. Ele deu uma entrevista falando, entre aspas, o seguinte: “Olhe, agora o prefeito tem que decretar estado de calamidade para poder receber recurso federal”. Ele falou desse jeito, mas não falou nada. Qualquer prefeito sabe disso. Isso não está propondo nada de novo para os prefeitos. E o Estado? Onde o Estado entra? De imediato, nós já sabemos o trabalho muito bem-feito, o trabalho que a gente reconhece que é do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, mas e depois? Como ficam aquelas famílias abandonadas? Como ficam as ruas que foram destruídas, as pontes que foram levadas? Nós estamos aqui para lembrar disso, porque no ano passado muitas das nossas emendas é que ajudaram os prefeitos. Então mais uma vez ele deu esmola com o chapéu do outro.

O deputado Marquinho Lemos – Concedo aparte ao caro colega deputado Mucida.

O deputado Bernardo Mucida (em aparte) – Só para testemunhar aqui, eu estava em Santa Maria de Itabira no último domingo, acompanhei a visita do governador, e realmente o Estado de Minas Gerais precisa auxiliar o município. Infelizmente, os danos lá foram muito grandes; o município é pequeno, não tem condição de se reconstruir se não tiver esse apoio do governo do Estado de Minas. Para terem ideia, o rio corta a cidade, são quatro pontes, sendo que três estão danificadas, ou seja, só tem uma ponte fazendo a ligação. Num bairro inteiro, as famílias perderam tudo. Eu caminhei na lama junto com as famílias, as pessoas estavam tirando os seus móveis, os seus colchões, as suas roupas, os brinquedos dos meninos estavam todos jogados na lama, como numa cena de guerra, numa cena de entristecer, de doer o coração, fora as seis pessoas que faleceram em virtude do deslizamento de terra. Então, eu digo isso para aqui, também, pedir ao governo do Estado de Minas Gerais uma atenção especial ao Município de Santa Maria. Nós estamos lá num estado realmente muito difícil.

E mais: quero fazer um pedido aqui e aproveitar este momento em relação à vacinação da Covid. Infelizmente, nós estamos lá atualmente com quase 130 famílias desalojadas, compartilhando o mesmo espaço, morando numa escola, fazendo refeições juntos, dormindo juntos. E, óbvio, diante dessa circunstância, é muito maior o risco de transmissão dessa doença.

Então, a gente precisa da ação efetiva e rápida do governo do Estado para auxiliar o Município de Santa Maria. Eu faço aqui esse pedido e quero reiterá-lo. Obrigado, deputado.

O deputado Marquinho Lemos – Quero também deixar registrada a nossa solidariedade às famílias dos atingidos, às famílias que perderam seus entes queridos. Mas nós vamos continuar cobrando do governo ações efetivas. É nisto que queremos insistir aqui, que é preciso pensar, senão, no início do ano que vem, nós vamos estar aqui lamentando, reclamando e falando a mesma coisa. Então, é importante que a gente comece a pensar em ações que, de fato, venham contribuir e resolver esses problemas.

Quero aqui colocar o meu mandato como ponto de apoio para discussão, para se repensar mesmo a segurança hídrica em Minas. Nós precisamos pensar nisto, na valorização dos nossos rios. Esses rios, nós estamos vendo, estão cada dia mais degradados e cada dia mais abandonados. Se antes eram abandonados pelo poder público... O que me assusta é quando você vê os próprios moradores vendo o rio como inimigo.

Então, nós precisamos repensar isso, mudar, trabalhar com os moradores para que transformem esses rios em grandes parceiros, em grandes amigos, que são o que sempre foram em nossa história em Minas Gerais. Quem de nós não tem histórias da nossa infância, da nossa juventude nadando e utilizando os nossos rios? Então, é preciso que a gente valorize isso e tenha uma política voltada para a segurança hídrica de Minas Gerais.

Eu também não poderia deixar aqui de aproveitar a oportunidade, porque, há poucos dias, nós vimos uma postagem do DER em que o diretor do DER da minha regional, lá em Diamantina, falou o seguinte: que estava concluída a obra de tapa-buracos da BR-367. Essa BR-367, no trecho que é de responsabilidade do Estado - inicia-se ali no trevo de Datas e vai até o trevo de Turmalina... Nós já viemos aqui várias e várias vezes, ao Plenário, e já fomos ao DER, à Seinfra, sempre lembrando o governo... E isso não é de agora. Desde o primeiro ano em que eu cheguei a esta Casa que eu tenho alertado e tenho chamado a atenção do governo para o abandono em que se encontra a nossa BR-367, principalmente agora, nos últimos tempos. Desde o meio do ano passado que a BR-367 está ficando intransitável, é só buraco. Hoje é o buraco na BR-367.

Então, nós precisamos dar um jeito. E essa operação tapa-buracos que o DER anunciou que estava pronta, ou o diretor foi enganado... A empreiteira pode até ter feito comunicado para ele sem ele ir lá. Então, é importante que o diretor passe a saber que nada foi feito lá na região. A BR-367 está cada dia pior. O que nós estamos vendo lá é um abandono completo.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero lembrar que, se a BR-367 hoje está daquele jeito... Eu tenho andado pelo interior de Minas e pude me deparar com outras MGs também em estado pior ou igual. Estive lá na MG-265, no trevo de Carangola a Divino, e só tem buracos. Estive na MG-214, que liga Senador Modestino Gonçalves a Capelinha, passando por Itamarandiba, ainda está na terra, também está intransitável. Todas estão abandonadas. Então ela é importante, como também a MG-108, que vai de Mutum a Aimorés, e se encontra em péssimo estado. Mas a BR-367 me chamou a atenção porque a gente tem denunciado, a gente tem reivindicado ao governo que tome providência. O que nos incomodou foi ouvir a notícia do diretor do DER de que já estavam concluídas as obras de recuperação da BR-367, justamente nesse trecho do trevo de São Gonçalo do Rio Preto ao trevo de Carbonita, quando, na verdade, nós estamos vendo lá que a BR-367 está cada dia pior.

Era para isso que eu queria chamar a atenção e lembrar a todos aqueles que me ligam e me mandam mensagem cobrando providências sobre a BR-367 que o que nós podemos fazer, e vários deputados nesta Casa já têm feito, é cobrar do governo, é ir até o DER, é ir à Seinfra, falar com o governo e também usar este espaço aqui para fazer denúncia. E isso nós temos feito; mais do que isso não cabe a nós. Nós não podemos executar. E é importante as pessoas que estão lá entenderem que não é só porque nós somos deputados do Vale do Jequitinhonha, tanto eu como o Doutor Jean, que somos filhos lá do Vale, que temos como executar a obra de

recapeamento, que é o desejo nosso. O que nós queremos e vamos continuar reivindicando é que essa estrada seja recapeada e que o governo dê mais atenção às MGs e a todas as rodovias que são de responsabilidade do governo do Estado. Muito obrigado.

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Muito obrigado, deputado Marquinho. Parabéns pela sua luta, pela sua fala em prol dos que mais precisam. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Noraldino Júnior.

O deputado Noraldino Júnior – Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, queria cumprimentar todos os telespectadores da TV Assembleia.

Sr. Presidente, o que me traz aqui hoje é um assunto de extrema relevância para a população de Juiz de Fora. Eu trago comigo, Sr. Presidente, dois requerimentos de nossa autoria, desde o ano de 2019, relacionados ao hospital regional da cidade de Juiz de Fora. Um dos requerimentos, Sr. Presidente, do ano de 2019, solicita ao governo a previsão para a finalização das obras e solicita também informações sobre as condições e a segurança dos equipamentos e dos recursos investidos naquela obra. O outro requerimento, Sr. Presidente, pede informações e requer ao governo que elabore o plano de funcionamento do hospital regional de Juiz de Fora. E por quê, presidente, eu tenho solicitado essas ações ao governo desde 2019?

Foi veiculado agora que, dentro do acordo da Vale, está prevista a conclusão das obras do hospital regional de Juiz de Fora. Sr. Presidente, essas informações são muito importantes, porque nós temos problemas sérios nos convênios já realizados no hospital regional de Juiz de Fora. Eu não tenho informação, deputado Fernando, se a conclusão das obras pode ser realizada de imediato. Porque nós temos problemas, inclusive problema no Tribunal de Contas. E a população de Juiz de Fora... Imagine que conseguimos recurso brevemente, e o hospital vai funcionar. E por que eu pedia esses esclarecimentos e essa providência do governo estadual desde 2019? Porque, se nós tivéssemos já elaborado e decidido o plano de funcionamento do hospital, caso o governo tivesse recurso para conclusão das obras, nós já poderíamos estar discutindo agora o futuro funcionamento do hospital regional da cidade de Juiz de Fora. Mas é fato que nós não temos ainda a definição sobre o futuro daquele prédio. Nós não sabemos qual será e como será o funcionamento daquele hospital regional.

Então eu peço aqui: essa discussão tem que ser feita de forma ampla, tem que ser feita de forma célere e tem que ser feita com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Porque a prefeitura também depende dessa decisão do governo do Estado para definir formas de custeio, modelo de funcionamento, para que a cidade também possa dar andamento nos seus projetos de saúde. Como, por exemplo, o hospital de pronto-socorro, o HPS. A cidade vai reformar o hospital, vai reformar a sede, vai funcionar o pronto-socorro no mesmo local. Para tudo isso é necessário que a decisão seja tomada de forma conjunta.

Quero deixar claro que o recurso está contemplado no acordo da Vale, não só o hospital regional da cidade de Juiz de Fora, mas também a conclusão de outros hospitais. Mas a cidade precisa, os parlamentares precisam que a secretaria, em conjunto com a prefeitura municipal, possa definir rapidamente uma reunião, discutir os problemas e as soluções, para que o hospital seja efetivamente um instrumento para a saúde da cidade de Juiz de Fora. Não adianta finalizar a obra e equipar o hospital se não há a decisão da forma de funcionamento do modelo e de fonte de custeio para aquele hospital. Nós temos três obras que foram iniciadas antes da conclusão das obras do hospital regional de hospitais 100% SUS. E aí eu falo: o HU, público, 100% SUS; a Maternidade Therezinha, cujas obras tinham sido iniciadas naquele mesmo momento, privada, 100% SUS; o Hospital João Penido, público, 100% SUS. No Hospital João Penido as obras não foram finalizadas; no HU as obras ainda não foram finalizadas.

Então, Sr. Presidente, já fiz essa solicitação, para que a Secretaria de Saúde de Minas Gerais rapidamente defina uma data para que nós possamos nos reunir com a prefeitura e com os prefeitos da região para que nós possamos definir o modelo de funcionamento e qual será o destino daquela obra, em que até agora já foram investidos mais de R\$70.000.000,00, e grande parte desses investimentos está hoje deteriorada, foram saqueados. Lá fibra ótica foi retirada do local, fiação foi retirada. Uma obra que está hoje totalmente deteriorada.

Então é preciso que o governo e o secretário de Saúde possam rapidamente reconhecer aqui a importância dos deputados e discutir, juntamente com os deputados, o futuro desses hospitais.

Então agradeço ao presidente e concedo um aparte à deputada Ana Paula.

A deputada Ana Paula Siqueira (em aparte) – Obrigada, deputado Noraldino. Temos mesmo que reforçar essa luta, a fiscalização para a nossa saúde no Estado. Mas eu quero hoje, aqui, gente, neste dia histórico, dia 24/2/2021, fazer o uso deste aparte para celebrar o Dia da Conquista do Voto Feminino.

Hoje nós completamos, deputada Leninha, 89 anos do direito ao voto feminino no Brasil. Esse é um direito conquistado com muitas lutas, por meio de muitas mulheres que se uniram e fizeram valer esse direito, que hoje inclusive nos traz, Leninha, a este Plenário. Eu quero dizer que esse é um direito que busca a igualdade entre homens e mulheres na nossa sociedade. Quero lembrar aqui de todas as mulheres que nos antecederam, porque a nossa luta, Leninha, é árdua, é dura, é difícil, mas a delas foi muito pior. E a nossa é motivada por tantas mulheres que se entregaram, que se desafiaram, mas que tiveram, sobretudo, muita coragem. Foi assim que conquistamos o direito ao voto. Conquistamos esse direito. Temos direito a votar. Mas queremos também o direito de ser votadas. Temos também o direito de ser respeitadas nos parlamentos.

Ainda temos uma presença muito pequena das mulheres nos parlamentos. E isso não se dá por um simples acaso da sociedade. Nós estamos, neste momento, em pleno ano de 2021, com uma crescente violência. Há diversas violências contra as mulheres: violência doméstica, feminicídio, que cresce a cada semana de forma assustadora, mas também cresce a violência política, que precisamos combater para que mais mulheres estejam conosco aqui, neste Plenário.

Quero destacar que essa é uma luta de todas nós. Hoje a Assembleia Legislativa de Minas Gerais tem nove mulheres, e eu desejo que, na próxima legislatura, nós tenhamos muito mais, para que as nossas lutas possam, de fato, repercutir pelo Estado e pelo Brasil. Destaco que essa é uma luta que faço desde os primeiros convites que tive como dirigente partidária. Faço essa luta também aqui, na Assembleia. Desde os primeiros meses em que tomei posse e precisei lutar, contei com o apoio dos parlamentares para a conquista da licença-maternidade no Parlamento mineiro.

Quero também ressaltar aqui que é muito importante a presença das mulheres na política, porque somos nós as que mais vivenciamos as políticas públicas, seja porque mais cuidamos da saúde, porque mais acompanhamos os nossos familiares, porque acompanhamos os nossos filhos na escola, porque usamos mais transporte público. Então, neste dia importante, eu quero aqui cumprimentar todas as minhas colegas deputadas, todas as minhas colegas do Partido Rede Sustentabilidade, mulheres de luta, mas também de paz. Quero dizer que, juntas, nós ainda vamos fazer muita diferença no Brasil, tornando este país cada vez mais justo e igualitário para todos e todas. Obrigada, Noraldino.

O deputado Noraldino Júnior – Muito obrigado, deputada Ana Paula. Parabéns pelo grande trabalho que tem realizado nesta Assembleia Legislativa.

Eu finalizo, Sr. Presidente, mais uma vez, solicitando ao governo a rápida marcação dessa reunião com a Prefeitura de Juiz de Fora e com os prefeitos da região, para que nós possamos discutir com celeridade o destino do hospital regional, das obras do hospital regional.

O deputado Fernando é da nossa região, sabe da importância do hospital. Eu falo isso, deputado, não só com relação à cidade de Juiz de Fora, mas com relação a todas as cidades. É uma solicitação de toda a população que tem interesse em uma saúde pública de maior qualidade. Faço esse requerimento aqui em nome dessas pessoas que lutam por uma saúde melhor. Representando essas pessoas, faço menção aqui ao meu grande amigo Silvestre Detoni, que hoje está passando por um simples procedimento. Logo, logo, ele vai sair. Desejamos a sua pronta recuperação. Essa luta é em prol da saúde de toda a região e da saúde de Minas Gerais, em nome dessas pessoas que lutam por uma qualidade de vida não só para si. Como eu disse aqui, o Sr. Silvestre Detoni é um exemplo,

um empresário de sucesso, mas tem, entre seus objetivos, lutar por uma melhoria na saúde pública. Fica aqui esse nosso reconhecimento.

Permito um aparte ao deputado Fernando Pacheco.

O deputado Fernando Pacheco (em aparte) – Obrigado, deputado Noraldino.

Eu só quero ratificar, de forma concreta, o que o Noraldino falou. Pertenço à macrorregião, sou da microrregião, e Juiz de Fora tem ficado, nesse período todo, refém de um alto índice de ocupação de leitos, porque é a nossa sede macrorregional. E ela precisa de tudo isso e muito mais, Noraldino, porque nos socorre, pois não temos as complexidades para dar a atenção e Juiz de Fora tem. Então, eu quero junto com você, representando a microrregião de Cataguases e Leopoldina, corroborar para que o secretário possa promover o mais rápido a reunião, porque Juiz de Fora está tendo uma alta carga de custos e demandas e, em contrapartida, não está tendo as condições necessárias para isso.

Quero parabenizá-lo por sua fala e referendar, como um deputado da região, que isso é prioridade das prioridades, porque nós estamos em pandemia, e Juiz de Fora é o ponto central da macro, da Zona da Mata, da mesorregião e, há muito tempo, clama por uma intervenção de investimentos que não está vindo, que só vem do governo federal – quando vem. Foi prorrogada agora a questão de leitos de UTI, mas eu quero dizer que Juiz de Fora está com a necessidade premente e carece de forma eminente de receber não só recurso, mas a presença do secretário que, inclusive, é de lá, Noraldino. Muito obrigado.

O deputado Noraldino Júnior – Eu agradeço, deputado Fernando Pacheco. É muito importante a união de todos nós, parlamentares, representando a Zona da Mata para que essa solução seja encontrada o mais breve possível.

Quero dizer que, de forma particular, eu tenho participado e contribuído efetivamente para essa melhoria. Só no Hospital João Penido, este ano, foram mais de R\$2.600.000,00, quase R\$3.000.000,00 investidos para proporcionar o melhor atendimento de saúde no hospital, que é referência. Mas essa intervenção, essa solução para o hospital regional tem que ser encontrada o mais breve possível. Muito obrigado. São essas contribuições.

O presidente (deputado Professor Cleiton) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Dr. Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas deputados aqui presentes e deputados que estão em casa trabalhando também aqui conosco pelo aplicativo; boa tarde, servidores desta Casa e telespectadores da TV Assembleia.

Sr. Presidente, ouvi atentamente aqui a fala do companheiro Marquinhos, companheiro que conhece muito bem as questões também de Minas, mas, sobretudo, do Vale do Jequitinhonha. Esse que faria a fala em relação à BR-367, eu falei que hoje descii também para mais uma vez falar da BR-367.

Olha, nós temos muitos descasos e teríamos falas, discursos aqui para o ano inteiro só sobre as questões das BRs, das estradas, LMGs, bastava falar da região do Jequitinhonha e do Mucuri que seria, como se diz, pano para manga. Poderia citar aqui algumas – e vou citar –, porque sempre quando falamos sobre uma situação de uma estrada e publicamos isso em nossas páginas, sempre as outras pessoas perguntam: “Mas não falou da minha!”. É tanto descaso. Mas vamos lembrar. Sempre quando eu falo de uma, falo das outras também para lembrar. Pedra Azul a Almenara, caso histórico: terra; BR-367, abaixo de Itaobim, Jequitinhonha: também muitos buracos; Joáima, passando por Fronteira dos Vales, um pedaço terra e o que não é terra está pior ainda, passando por Águas Formosas, Pavão, Novo Oriente até a BR-116; Araçuaí a Novo Cruzeiro, cidade histórica.

Ainda hoje, com o companheiro e amigo violeiro Pereira da Viola, falávamos da Bahia-Minas por onde já passou trem e por onde hoje é difícil passar carro, pois a estrada é de terra: lama na chuva e poeira na seca. Setubinha, Capelinha, Itamarandiba, Senador Modestino: pedaço terra, grande parte de terra e em péssimas condições. Todo ano, em época de chuva, eu faço questão de passar por lá. Sempre estou nessas, mas tem uma sobre a qual não me canso de falar e, mais uma vez, eu subo aqui para falar dela. Eu passo pela BR-367, no mínimo, quatro vezes por semana, aliás, duas vezes por semana para vir e para voltar. Na semana que passou,

eu passei três vezes por ela. Tenho agendas na região. Hoje essa parte do Alto Jequitinhonha... Antes a gente falava muito, Marquinho, ali do trevo de Carbonita até para cima, mas agora já está lá do trevo de Turmalina basicamente. Uma vergonha! Eu quero deixar isso muito bem claro.

Ontem eu dizia, numa fala minha, da luta pela questão da vacinação. Na medicina e também na enfermagem onde trabalhei, na atuação da saúde, eu sempre gostei de lidar com as feridas, colocar as mãos nas feridas, colocar o dedo na ferida para ajudar a melhorar. É muito bonito o processo curativo. A gente vê uma ferida infeccionada e aquele processo todo melhorando. Por que estou dizendo isso? Eu vou apontar o dedo e colocar o dedo na ferida. Não é para torcer, mas, sim, para dizer mais uma vez: nós precisamos curar essas feridas, esses desmazelos, essas questões históricas que as regiões menos desenvolvidas do Estado de Minas Gerais enfrentam. Com respeito a todas as regiões, ainda hoje somos tratados como diferentes. É verdade que os diferentes devem ser tratados diferentes, mas com equidade, dar mais a quem tem menos e não dar menos a quem tem mais. O que nós temos enfrentado é isso. É isso que nós temos enfrentado. Como o companheiro Marquinhos disse, só quem passa por lá é cobrado, só quem passa por lá é cobrado.

Há poucos dias, da última vez, eu, saindo aqui da Assembleia e indo para lá às quintas-feiras, estava planejando chegar à minha casa à meia-noite para descansar porque tinha uma agenda no Baixo Jequitinhonha no outro dia de manhã. Mas não foi possível chegar à meia-noite, porque tinha um casal, de férias, com uma criancinha indo ali por essa estrada. Nessa estrada, o pneu do carro havia furado. Eu parei, ajudei a trocar o pneu e falei com ele: “Nós vamos acompanhá-lo porque tem um posto adiante e o que pode ocorrer é o seu pneu reserva furar novamente”. Olha, o que demorou foi questão de 1km ou 2km para cair num buraco; e lá se foi o pneu dele. A esposa dele com a criancinha entrou no nosso carro e fomos até o posto. Ao chegar – ainda mais quando há aqueles que levam o problema para a questão partidária, Marquinho, porque eles, ou melhor, alguns e não todos é que votaram em quem está aí –, disseram: “Ah, que bom, deputado, o senhor aqui”. Eu falei: “Que bom, não. Eu passo por aqui toda semana. Agora eu quero é ajudar esse casal”.

Aí o dono do posto disse que sabia um jeito de resolver. Ele já foi vereador em uma cidade próxima, Turmalina, e disse que sabia um jeito de resolver: era só eu chegar aqui e dizer para o governador: “Eu não vou votar esse projeto, não vou entrar para votar o projeto se não reformarem a estrada”. Eu disse: “Olhem, sinceramente, iam rir da minha cara”. Nós somos 77 deputados, mas eu não sou o único votado lá; eu e o Marquinho não somos os únicos votados lá, há mais, muito mais. E há gente que só aparece de helicóptero ou avião e não conhece a estrada mesmo, mas, no dia em que forem anunciar a obra, vai estar lá dizendo que foi e que conseguiu. E eu acho que a luta é histórica. Uma oposição, em qualquer parte do mundo, é importante para o governo quando aponta a ferida, coloca o dedo na ferida, não para piorá-la, mas para dizer: “É preciso ir, é preciso ver com os próprios olhos”. Vamos falar além das estradas, mas com elas sendo a base: será por que os produtos alimentícios são mais caros lá? Será por que os produtos da construção civil são mais caros lá? Pensem o que é passar naquela estrada para chegar lá, pensem.

Isso aqui que estou falando para vocês foi em um prazo de 15 dias, entre vinda e ida: havia um caminhão de eucalipto tombado, aliás, dois. Diga-se de passagem, o alto peso, sem presença de balança, ajuda a deteriorar e destruir as estradas. Nada se faz, e isso está sendo cobrado aqui não é de hoje. Nós, como disse muito bem o deputado Marquinho, não temos a caneta na mão. Cabe a nós fiscalizar e cobrar; cobrar e dar sugestão. Não são as nossas emendas parlamentares que conseguirão fazer aquilo – longe disso, não conseguem. Retornando para cá nessa segunda-feira... Eu sempre planejo, marco uma reunião e penso que vou chegar tal hora, mas me esqueço de que não dá para planejar horário e reunião. Havia um carro quebrado; um outro na frente saiu da estrada para desviar-se do buraco. Lá, você tem que escolher. Não é uma estrada com a presença de buracos, mas buracos que, às vezes, têm a ousadia de apresentar uma presença de asfalto. Em alguns momentos você só vê terra, vermelho. É uma vergonha, mas com tanta riqueza em volta, tanta riqueza em volta.

A minha fala aqui hoje é para, mais uma vez, pedir; pedir aos companheiros presentes; pedir à liderança de governo; pedir, clamar, implorar: olhem para os diferentes de maneira diferente, deem mais a quem tem menos. O Vale do Jequitinhonha precisa de mais – e muito mais. Esse foi o sonho histórico de JK: unir Diamantina a Porto Seguro. É preciso ir mais além. E aqui a gente fica tentando pensar: o que eu posso fazer a mais além de subir na tribuna e falar? Pois bem, eu faço um convite a cada deputado, ao secretário de Obras, ao governo.

Nos próximos dias, eu vou dormir na cidade mais distante de Diamantina de onde for sair um paciente para fazer hemodiálise. Eu vou acompanhar o paciente. Eu faço questão de ir à sua casa, onde for – se na zona rural, onde for. Eu vou entrar no ônibus de hemodiálise, vou solicitar à Secretaria Municipal de Saúde para acompanhar aquele paciente. Eu quero ficar com ele o dia inteiro na hemodiálise em Diamantina. Eu calculo que a cidade dista cerca de 400km. Eu quero retornar no final da tarde de Diamantina até a casa dele – e seria bom haver uma comitiva junto, acompanhando os carros para mostrarmos isso. Imaginem o que é fazer isso três vezes por semana. Eu tenho certeza de que do que eu estou falando aqui muitos servidores desta Casa sabem, porque quando iam a uma audiência pública em Araçuaí, em Itaobim, sempre pensavam, sempre falavam que era uma dor passar naquela estrada.

Era uma dor passar naquela estrada. Uma parte, nós conseguimos com muita luta, com luta do povo, asfaltar. Pois, bem. Pensem o que é um paciente sair, três vezes por semana, fazer em média 400km, 300km até Diamantina, passar o dia numa máquina de hemodiálise; retornar, de novo, para casa, sabendo que amanhã ele vai ter de descansar ou trabalhar para, no outro dia, voltar. Isso dói não só na alma, dói no corpo. Dói não só no corpo, dói na alma, dói no interior da pessoa. É bom quando a gente fala de algumas coisas que muitos... E aqui, mais uma vez, eu quero destacar os servidores desta Casa, o cinegrafista que, com certeza, já foi várias vezes àquela estrada. V. Exa., Professor Cleiton... Há poucos dias tive a honra de almoçar com V. Exa. Você estava passando, ligou para mim, lá em Araçuaí. Eu falei com você: cuidado, animais na pista, buracos, muito cuidado. Eu passo duas vezes por semana. Imagine a dor de quem passa todos os dias; de quem tem de levar o queijo, o leite; do aluno que tem de sair; das pessoas que todo dia saem de Planalto de Minas para ir a Diamantina, no ônibus rosinha, que eles chamam lá carinhosamente assim. Imagine a dor dessas pessoas.

Então, longe de mim ter que as lutas são vitórias de um, de outro, de A ou B. É uma vitória do povo. Eu também aqui estou chamando a atenção dos responsáveis, do DER. Esse pedaço de que estou falando está sob jurisdição do DER. Mas também eu quero convidar o povo. Eu quero convidar você que está me ouvindo, o prefeito, o vereador, o líder de comunidade, todo mundo. É só com luta que a gente muda. Não adianta. Não adianta cobrar de um deputado. Cobrem de todos. Vamos fazer a lista de quem foi votado. Vamos dizer todos. Aí, sim, nós podemos chegar aqui, de repente, 20 deputados que foram votados lá, Marquinho, e dizer assim: “E agora ou vamos fazer ou nós não vamos votar isso”. Aí nós podemos dizer isso. Aí nós podemos negociar, não para ganhar, mas para que o povo se sinta verdadeiramente empoderado.

Então eu quero conchamar, implorar, pedir a todos e todas, ao governo, mas ao povo também: façam suas manifestações sem levar para a questão partidária. Façam suas manifestações no Facebook, no WhatsApp, seus vídeos. Por que não a gente preparar sim, sim, de maneira pacífica, uma grande manifestação? A gente, de uma vez por todas... Ali não cabe mais tapar buraco. O Marquinho relatou aqui que alguém disse que estava concluída. Eu não sei o que está concluído, porque nem o final dos buracos estão concluídos, porque ainda vão aparecer muitos. Ainda vão aparecer muitos, a cada dia. E eu tenho certeza de que dos carros, pelo menos aqueles pelos quais eu passei, o IPVA está pago. As obrigações dos motoristas estão feitas. Pelos que eu passei, eu fiz questão de saber. E a estrada está um descaso. Muito obrigado, companheiras e companheiros.

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Presidente, deputado Doutor Jean Freire, antes mesmo de iniciar, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, bem como o deputado Marquinho Lemos. São questões relevantes. Concordo inteiramente com a importância dessa mobilização, inclusive em Plenário. Acho isso fundamental.

Queria hoje, já neste início, agradecer a confiança das deputadas e dos deputados que integram os sete partidos que compõem o bloco de oposição, o Bloco Democracia e Luta, e agradecer ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores, ao PCdoB, ao PSB, ao PL, ao Pros, à Rede e também ao Psol. Ontem foi lida a comunicação da nossa recondução à liderança do bloco e também do companheiro deputado Ulysses Gomes à liderança da Minoria. Então queria novamente reiterar esses agradecimentos e externar aqui todo o nosso compromisso na linha do que já fizemos neste primeiro biênio, ou seja, uma oposição responsável, uma oposição que não abre mão de apontar as falhas, as omissões. Aliás, na tarde de hoje, várias dessas falhas já foram aqui apontadas por deputados que integram o nosso bloco em relação à situação dos municípios atingidos pelas chuvas e em relação às estradas que estão sob a manutenção e responsabilidade dos órgãos estaduais. Também temos a consciência de que aqueles projetos ou aquelas iniciativas que estiverem vinculados e conectados com o interesse público terão a nossa colaboração, o nosso apoio. Na democracia e no Parlamento, uma oposição vigorosa, respeitosa, mas que também seja respeitada e ouvida, é absolutamente fundamental.

Neste ano, continuamos esse período trágico para a humanidade e para o Brasil, por conta da pandemia, o que redobra a nossa responsabilidade. Estamos num momento grave da pandemia. No Brasil, são mais de 10 milhões de casos, e, em Minas Gerais, daqui a pouco, estaremos chegando próximo a 1 milhão de casos. Já são mais de 700 mil casos, milhares de mortes em Minas, e mais de 250 mil mortes no Brasil. E agora vêm as variantes. Ou seja, é todo um cenário que requer de cada um de nós muita atenção e principalmente muita atenção do poder público.

No dia dia hoje, que é inclusive o dia da jornada nacional de mobilização pela vacina, é muito importante que fortaleçamos este ponto: a necessidade da cobertura universal de toda a população com a vacina, ou seja, a população que assim o desejar, inclusive estimulada pelo poder público, que deve enfrentar as fake news, a desinformação, o negacionismo, o que muitas vezes e infelizmente parte exatamente daqueles que deveriam ter a responsabilidade de orientar, traçar e trilhar o caminho certo para a população. Então é muito importante o protagonismo de Minas Gerais. Minas Gerais tem que cobrar mais do governo federal.

Agora vivemos um momento importante porque temos um plano nacional de vacinação, mas esse plano está a passos muito lentos devido à irresponsabilidade e às condutas equivocadas do governo federal, que não antecipou as tratativas internacionais, acadêmicas, científicas, comerciais e sanitárias com as instituições nacionais e internacionais devidas, no momento certo. É por isso que temos hoje uma cobertura irrisória ainda. Então agora temos a necessidade de esse plano ter uma intensidade maior, mas caso o governo federal continue nessa linha de omissão, de displicência, de negligência, aí os estados e municípios deverão assumir um protagonismo maior. O Supremo Tribunal Federal já apontou para esse caminho. Aliás, em Minas Gerais, temos uma legislação aprovada por todos os deputados e deputadas, a qual tive a honra de apresentar, que obriga o Estado a disponibilizar a vacina de maneira gratuita, mas este já é outro debate.

Estou vendo muitas discussões em torno da possibilidade de aquisição de vacina pela rede privada. A prioridade, neste momento, é a cobertura para quem precisa e não tem como adquiri-la. Então nós não podemos também fazer uma disputa: quem pode pagar terá a vacina, e quem não pode não terá. Nós temos que fortalecer o Sistema Único de Saúde. Então qualquer proposta nesse sentido tem que levar isso em conta. O Estado brasileiro tem que disponibilizar a vacina de forma gratuita. No caso de Minas Gerais, já há uma legislação que praticamente diz o que o Supremo ontem definiu. Caso o governo federal não cumpra a sua parte, caberá ao estado, dentro, óbvio, das liberações científicas da Anvisa e de agências internacionais, caso a Anvisa não faça isso, também a aquisição. Ontem.

E aqui eu cumprimento o presidente Agostinho Patrus. A Assembleia fez um gesto colaborativo importante numa economia de R\$80.000.000,00 devolvidos aos cofres do Estado. Só esse valor cobriria a aquisição de praticamente 4 milhões, 4,5 milhões de

doses de vacinas. Então eu acho que, neste momento, a vacina tem que ser a prioridade. E, lógico, a importância do fortalecimento também da Funed. Minas poderia estar muito melhor, Minas poderia estar cumprindo o papel que o Instituto Butantan, que a Fiocruz estão cumprindo no País, em São Paulo, mas infelizmente o governo de Minas, talvez por uma visão extremamente privatista, não fortaleceu a Funed, não encaminhou procedimentos aos organismos internacionais.

E eu queria aqui salientar: muita gente acha que a pandemia está acabando ali na esquina. Não. Nós não sabemos. O ritmo de produção da vacina está lento. Essas variantes, a que chamam de cepas do vírus, podem exigir a campanha, inclusive, de novas vacinas. Então investir na ciência, na pesquisa, na tecnologia, e aqui nós temos a Funed, centenária, é muito importante. Eu queria deixar então essa prioridade de agenda. E ela é também uma agenda legislativa, apesar de a gente ter feito a nossa parte aprovando a lei, mas é nosso papel fiscalizar e cobrar. Já existem vários requerimentos para serem aprovados de convocação de secretário para esclarecimentos sobre todos esses processos.

Uma outra agenda fundamental que nós teremos neste semestre é a discussão, na Assembleia, do impacto orçamentário do acordo da Vale, e repito aqui, eu, que fui relator da CPI de Brumadinho: um crime cometido contra 272 pessoas, que perderam sua vida, 11 ainda não encontrados; um crime ambiental; um crime econômico; um crime contra os municípios; um crime contra a economia mineira. Esse acordo não anula nem elimina a responsabilidade criminal. Os processos estão inclusive já ajuizados e em andamento. Mas esse montante acertado com a Vale precisa, até por emenda constitucional aprovada por nós, ter sua destinação discutida e debatida minuciosamente na Assembleia. Na minha opinião, precisamos discutir sobre algumas diretrizes. Primeiro lugar: as regiões diretamente atingidas têm que ter a prioridade. São os municípios do Vale do Paraopeba, são as milhares de famílias que tiveram sua vida e também sua economia destruídas, o meio ambiente naquela região. Então você tem uma parte desse recurso que tem que ser absolutamente dirigido a essas famílias. Essas famílias têm que ter o auxílio, o assessoramento de instituições públicas, de instituições de assessoramento técnico da sociedade civil, as assessorias técnicas independentes.

Então é muito importante esse apoio, para que também essas comunidades não sejam enroladas ou enganadas pela própria instituição que cometeu o crime, que, no caso, é a Vale. E a CPI demonstrou isso por vários motivos. Então é muito importante que essa região, esses municípios e essas pessoas tenham prioridade. Agora, nós sabemos que o Estado, no seu conjunto, sofreu e sofre as consequências econômicas também. Então uma parte desse recurso será destinado para obras que dizem respeito ao conjunto do Estado. Esse debate nós faremos na Assembleia, porque são várias as destinações que estão previstas de maneira mais genérica. Nós vamos nos debruçar em cima disso, do ponto de vista de estudo, de prioridade. É importante também que os municípios sejam contemplados. Não podemos também desprezar a importância de todos os municípios de Minas Gerais, não somente em grandes intervenções e em grandes obras, mas esse é um debate que nós faremos. Eu reitero aqui a nossa disposição de acompanhar muito de perto essa questão, porque ela tocou a todos nós, inclusive infelizmente com mortes de pessoas, o que não vai ter reparação. A vida humana é irreversível desse ponto de vista. Então eu reitero aqui o nosso compromisso de acompanhar e de promover também o diálogo com aqueles setores que não foram envolvidos na discussão do acordo judicial.

É muito importante também, nessa pauta do semestre, a recuperação econômica do Estado, dos pequenos e médios empreendimentos econômicos, dos segmentos que geram empregos. Nós temos uma iniciativa do presidente da Assembleia, deputado Agostinho, que é o Recomeça Minas, compartilhada por quase toda a Assembleia, que vai abrir a oportunidade ao debate. E temos a importância de fortalecer a rede de proteção social. Nós estamos acompanhando a questão do auxílio emergencial federal, que é vital nesse momento, mas é importante também tomar medidas mais permanentes que contem com a participação do Estado. As iniciativas de transferência de renda, como o Renda Minas, que o Estado fez, ainda de maneira tímida, com um valor irrisório, R\$39,00, já ajudava em alguma coisa, mas está cancelado desde o final do ano. Então nós temos que discutir também com o governo de Minas, além da pressão sobre o governo federal quanto ao auxílio emergencial, alguma alternativa mais mineira. Lembrando que é por isso que não há como você dissociar o debate estadual do nacional. Nós temos uma tentativa de, ao aprovar o auxílio emergencial, vincular

a PEC Emergencial, proposta de emenda constitucional emergencial, que entre outras coisas pode prever a desvinculação, a desobrigação dos mínimos orçamentários para a educação e a saúde. Isso é um absurdo, é um escárnio! Imaginem: você, para votar um auxílio emergencial de quatro meses, retira da Constituição Federal a obrigação de municípios, Estados e União de investirem determinado recurso em saúde e educação, enfraquecendo o SUS e destruindo o Fundeb. Essa é a discussão do momento, é um assunto que diz respeito diretamente a todos os mineiros e mineiras.

Respeitando o tempo que me foi concedido pelo presidente, vou dizer que o nosso bloco continua com este compromisso: fazer uma oposição que respeita, mas que quer ser respeitada e quer pensar em Minas Gerais no seu conjunto, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, da inclusão e da justiça social. Um grande abraço, presidente.

O deputado Professor Cleiton – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, deputados e deputadas. Quero saudar de forma especial os servidores desta Casa e também todos aqueles que nos acompanham nesse momento. Eu comentava aqui com alguns deputados que eu rezo para que chegue o dia em que eu subirei a esta tribuna para fazer um elogio a este governo. Mas infelizmente o que me traz aqui não torna possível fazer um elogio, mas uma crítica a algo que aconteceu no dia de ontem e que nos preocupa demasiadamente.

Sr. Presidente, Minas tem um grande patrimônio. Patrimônio natural são seus rios, suas montanhas, são as nossas cidades históricas, que fazem parte do patrimônio material. Temos um patrimônio imaterial também, que é grandessíssimo, um patrimônio histórico; temos um patrimônio especial, que é o povo mineiro, mas nós temos também alguns patrimônios que precisam ser preservados e precisam ser cuidados. Dentre esses patrimônios, encontra-se o nosso serviço público, os nossos servidores públicos.

No dia de ontem, nós fomos surpreendidos como uma notícia que há um tempo já era esperada. Mas nós não esperávamos que isso maldosamente fosse feito num período de pandemia. Quero esclarecer aqui que eu tive 12 votos na cidade de Patos de Minas. Patos de Minas não está na minha base, eu não sou daquela região, mas o que aconteceu lá acende um alerta para aquilo que nós já elucidamos, apresentamos, discutimos e debatemos nesta Casa, inclusive, Doutor Jean Freire, na comissão da qual o senhor faz parte, que é a Comissão de Saúde. Eu me lembro de uma audiência pública em que nós tínhamos aqui aproximadamente 600 servidores de um dos grandes patrimônios deste estado, a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. A Rede Fhemig tem entre os seus servidores e entre o seu patrimônio hospitais de qualidade, de excelência, hospitais que se destacam não só em Minas Gerais, não só no Brasil, mas na América Latina. Em Três Corações, por exemplo, nós temos a antiga Colônia Santa Fé, que tem a maior especialização em cura de feridas da América Latina. Poderia aqui citar também o que representa para todo o patrimônio médico, todo o patrimônio de saúde do País o Hospital João XXIII. E digo isso porque nos traz preocupação o que foi feito ontem com o Hospital Regional Antônio Dias, de Patos de Minas. Uma notícia aos servidores daquela casa, daquele hospital histórico importantíssimo para toda aquela região: no dia de hoje, seria aberto um edital para promoção da transferência do Hospital Regional Antônio Dias para uma organização social, sem consulta prévia aos servidores, sem diálogo com os servidores e gerando um impacto ainda mais emocional sobre eles, deputado Fernando Pacheco, num momento em que esses servidores precisavam de amparo, de valorização, em que precisavam ser abraçados pelo Estado de Minas Gerais, porque estamos num momento de pandemia. Esses homens e essas mulheres que estão dedicando a sua vida à saúde pública, não bastasse este momento histórico em que vivemos, são surpreendidos com o fato de que aquele hospital será terceirizado. Essa é a palavra. Basta ler o edital que nós veremos que ali está um processo de terceirização.

O que chama a atenção, deputado Fernando Pacheco, deputados e deputadas que nos acompanham, é que nós já alertávamos para a possibilidade de isso acontecer, já sabíamos que isso poderia acontecer.

Por isso é que entrei com um projeto de lei nesta Casa, porque, dentre os muitos erros cometidos pelo então governador Fernando Pimentel, está o de retirar desta Casa a prerrogativa de ela ser consultada no caso de isso acontecer. O meu projeto de lei, que inclusive está engavetado na CCJ – e é por isso que me dirijo aos servidores da Fhemig para solicitar que esse projeto, o Projeto

nº 1.088/2019, volte a ser discutido na CCJ – define que toda movimentação desse tipo, toda transferência da rede pública para as organizações sociais seja feita consultando-se o Conselho Estadual de Saúde.

O Conselho Estadual de Saúde, deputado Fernando Pacheco, precisa ter o direito de oitiva. O Conselho Estadual de Saúde tem um papel fundamental nesse caso. Nós não podemos aceitar que isso seja feito no meio de uma pandemia, de uma forma autoritária, intempestiva, cruel, desrespeitando o nosso patrimônio e os nossos servidores. É por isso que eu, deputado Professor Cleiton, dirijo-me aos servidores desse hospital, a todos os servidores da Fhemig para dizer que, se isso não for debatido, discutido junto com o Legislativo, nós levaremos esse assunto para a esfera judicial. Por isso estou apresentando aqui um requerimento que exige da direção da Fhemig, do governador do Estado e do secretário de Estado de Saúde que nos apresentem um termo de referência, um projeto básico de planejamento para a tomada dessa medida, um ato de qualificação dessas organizações sociais, uma planilha detalhada de composição de serviços e custos que serão gerenciados por essa OS.

Caso já tenha sido selecionada essa organização social, nós queremos a apresentação do ato convocatório do chamamento público e comprovante de sua publicação, apresentação de documentos relativos à qualificação econômica e financeira dessa organização social, planilha detalhada, acompanhada de pareceres e estudos técnicos que comprovem que a celebração desse contrato de gestão é mais vantajosa para a administração pública, cronograma de transferência de gestão que atente para os estudos preliminares que o antecederam, autorização do Conselho Estadual de Saúde e tantas outras coisas que estamos exigindo aqui nesse requerimento.

Para que eu não venha me alongar aqui no tempo, quero dizer que o que me chama a atenção é que em todos os lugares do Brasil – nada contra as organizações sociais, muito pelo contrário, sou um defensor das OS –, onde as OS fizeram gestão hospitalar e gestão de saúde, isso não deu certo e imperou ali casos e mais casos de corrupção, vide o que aconteceu no Rio de Janeiro recentemente. Na cidade de Contagem, nós assistimos a uma verdadeira tragédia. Aí eu pergunto: é esse o caminho que o Estado de Minas quer trilhar? No meio de uma pandemia em que a saúde pública deveria ser preservada, ela é atacada de forma autocrática, autoritária, desrespeitosa, não levando em consideração o grande patrimônio, que são os servidores públicos e o serviço prestado pela Fhemig ao longo de sua história. Muito obrigado.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Votação de Requerimentos**

O presidente – Requerimento nº 4.594/2020, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca dos recursos públicos enviados pelo governo federal para auxiliar o Estado na recuperação das cidades que decretaram estado de calamidade ou de emergência em decorrência dos desastres naturais ocorridos nas últimas semanas, especificando-se qual o valor total repassado pelo governo federal ao Estado, qual será o critério de distribuição dos recursos a ser utilizado pelo Estado para atender às cidades atingidas, quanto será repassado para cada município e qual a previsão das datas de liberação desses recursos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Fernando Pacheco.

O deputado Fernando Pacheco – Boa tarde, presidente; boa tarde a todos os deputados e deputadas que se encontram neste momento desta reunião. Eu venho aqui como autor desse requerimento, Requerimento nº 4.594/2020, estar exigindo melhores e

maiores informações do governo federal no que tange à Medida Provisória nº 1.030/2021, da data do dia 22/2/2021, por meio da qual o governo federal destina para os municípios atingidos pelos desastres naturais oriundos das chuvas dos últimos dias R\$450.000.000,00. E, nesse requerimento, presidente, eu peço mais e maiores informações para não acontecer o que aconteceu no outro momento do ano passado, quando tivemos a chuvas e nós ficamos sem saber quem seria beneficiado, quanto viria para cada beneficiado que viesse a ter o recurso, e quando seriam colocados os recursos no município.

Eu estive ontem em Mirai, cidade vizinha a Cataguases, que eu represento neste momento, e quero trazer para todos os deputados: o que eu vi lá me assustou e me preocupou muito, porque eu vi um desastre natural provocado pelas chuvas, no formato de uma tromba d'água ou de uma cabeça d'água, como dizem, que veio descendo morro abaixo, arrastando toda a infraestrutura que existia e terminando na parte baixa da cidade, com toda a via de trânsito normal, trazendo muitos prejuízos para o município. E aí a gente quer, através desse requerimento, presidente, saber maiores detalhes, para isso não ter delongas e chegar aos municípios atingidos. Quero citar também que há muitos outros: Carangola, Manhuaçu, Manhumirim, Barbacena, aqui nas Vertentes, "n" cidades. É para todas. E que todas possam, através dos decretos de emergência e de calamidade, vir a homologar isso no governo estadual, para também a Defesa Civil Federal enviar recursos complementares ou recursos necessários para as encostas e margens de rios e estruturas públicas que foram devastadas por esse desastre natural e por essas chuvas torrenciais.

Então peço a todos os deputados que aprovem esse requerimento e clamo também ao governo executivo para que ele possa fazer diferente do modelo anterior, pois, no mesmo período do ano passado, aconteceram as chuvas, que inclusive em Belo Horizonte foram muito trágicas, e a gente não viu os recursos irem para as cidades do interior. Então estou aqui em nome do interior de Minas Gerais, da Zona da Mata, minha região, querendo saber informações, para ir atrás da aplicabilidade do recurso onde é preciso. É necessário que esse requerimento seja amplamente entendido pelo governo como um ponto de partida para nós, deputados, representantes das nossas regiões, levarmos para eles o mínimo de condição, de expectativa de que os problemas serão atendidos, e que não fique só no cuidado da grande cidade, da metrópole ou da região central. Que isso possa ir para o interior, que, eu digo mais uma vez, foi muito punido, com vítimas. Divino também, lembrei-me aqui; Guidoal já sofre com isso há anos; Cataguases também; e em todo o entorno ali da Bacia do Rio Muriaé, do Rio Pomba, do Rio Doce houve muita tragédia. E tudo isso a gente precisa urgente de cobrar do governo estadual, porque o governo federal fez a medida provisória, encaminhou o recurso, e queremos saber quando o recurso vai chegar, quanto realmente vai chegar. A medida provisória é a 1.030, de 2021, e foi publicitado que seria da soma de R\$450.000.000,00. Queremos saber quanto vai para as partes afetadas. Espero que possa ir para todas, sem distinção, porque, como deputado, como fiscal do Estado, eu estarei atento para buscar essa reparação.

Alertei aqui por vários dias, não só em Plenário, mas também na comissão, o que iríamos passar nos períodos de chuva. Isso é clássico. Quando chega o período de estiagem, todo mundo se esquece das chuvas torrenciais do período chuvoso. E, quando o período chuvoso se manifesta de forma violenta, como ocorreu, os prejuízos são claros. E as prefeituras não têm os recursos. Sabemos que o governo estadual também não se manifesta com recursos do Estado, mas temos a informação de que o governo federal está fazendo isso. Então, queremos saber como o governo estadual irá aplicar esse recurso. Então esse requerimento tem essa finalidade. Eu peço a todos os deputados, presidente, que possam votar a favor. Dessa forma, eu termino a minha fala, pedindo a aprovação do Requerimento nº 4.594/2020. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Fernando Pacheco. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Eu quero reforçar, presidente, a necessidade do requerimento, inclusive interposto pelo deputado Fernando Pacheco, que quer que o governo do Estado responda a esta Casa como será gasto o recurso que o governo federal encaminhou, para poder dar sustentação às prefeituras que estão, neste momento, totalmente desamparadas.

Presidente, nós estivemos em Santa Maria de Itabira, principalmente no quilombo, duas áreas quilombolas, onde, depois de cinco dias, não havia nenhum acesso à prefeitura e ao próprio Estado para acolher as famílias. Então diversas famílias perderam sua casa, famílias que hoje dependem exclusivamente da prefeitura para acessar alimentos, para acessar o posto de saúde, para acessar a escola. Eles estão ilhados. Eles precisam de um simples trator para limpar e garantir o acesso ao Quilombo Barro Preto, um quilombo histórico. Há 270 casas nesse quilombo. São mais de 6.000ha que hoje estão totalmente tomados por fazendeiros, que estão impedindo, inclusive, que os próprios quilombolas façam a limpeza. Os próprios moradores estão impedidos de voltar para casa porque há troncos de árvores enormes na porta delas. É preciso que o bombeiro vá lá e retire a árvore. É preciso que a Defesa Civil garanta um mínimo existencial, que são as cestas básicas.

Quero aqui deixar de pronto que a Defesa Civil esteve lá ontem, até acionada pela deputada Laura, que foi a deputada que nós procuramos para tentar dialogar com o Estado, uma vez que o diálogo direto com o Estado tem sido muito difícil. Mas, até o momento, não há resposta para a situação do quilombo. Infelizmente, alguma assistência a cidade tem recebido, mas só no centro. A praçinha já foi limpa, bem como a porta da prefeitura, mas os quilombos estão desassistidos.

Então quero reforçar a necessidade desse requerimento que sai desta Casa, exigindo que o governo do Estado dê explicações sobre esses recursos que ele recebeu, porque as cidades não têm recebido esse repasse.

Agradeço, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Andréia. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (PSOL) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Coronel Sandro (PSL) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Guilherme da Cunha (Novo) – João Magalhães (MDB) – Leninha (PT) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 4.661/2020, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os critérios utilizados para a classificação dos professores através da Resolução SEE nº 4.230, de 13 de novembro de 2019, haja vista suposta incoerência na distinção dos cursos superiores habilitados para ocupação dos cargos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (PSOL) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Braulio Braz (PTB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – João Magalhães (MDB) – Leninha (PT) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 15 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 4.661/2020 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 4.853/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a fusão do Hospital Infantil João Paulo II com o Hospital João

XXIII. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (PSOL) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 18 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 4.929/2020, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Estado não vem pagando aos servidores recém-aposentados os valores referentes às suas férias-prêmio. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (PSOL) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Osvaldo Lopes (PSD) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 18 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 4.929/2020 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 5.707/2020, do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha – PDVJ – para os territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha, bem como todas as ações encetadas pelo programa e quais foram os indicativos, sugestões e soluções que o plano apresentou. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (PSOL) – Beatriz Cerqueira (PT) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 16 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 5.835/2020, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre a data de início e término da obra de construção de rede interceptora de coleta de esgoto no Município de Sarzedo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (PSOL) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 18 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 5.909/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os contratos firmados e vigentes a partir da chamada pública para aquisição de alimentos referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (PSOL) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Braulio Braz (PTB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 6.292/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante do Policiamento Rodoviário de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de autos de infração registrados de julho de 2019 até a presente data por esse órgão, bem como o número de apreensões de veículos e de acidentes de trânsito nas rodovias mineiras no período. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (PSOL) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Braulio Braz (PTB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – João Magalhães (MDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Sargento Rodrigues (PTB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 18 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 6.292/2020 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 6.300/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – pedido de informações sobre o déficit atual da totalidade dos servidores do CBMMG. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (PSOL) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)

– Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – João Magalhães (MDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 19 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 6.303/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o déficit atual da totalidade dos servidores das carreiras de segurança pública, discriminando-se o percentual de cada categoria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (PSOL) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Braulio Braz (PTB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 6.396/2020, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o andamento do processo licitatório decorrente do Edital nº 031/2019, que prevê a contratação de serviços para elaboração de estudos e soluções de engenharia visando à concessão da Rodovia MG-290 e outras, quanto à previsão de adjudicação e assinatura do contrato, para posterior início da execução do objeto do referido processo licitatório. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (PSOL) – Bernardo Mucida (PSB) – Braulio Braz (PTB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Leninha (PT) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Guilherme (PP).

– Registra “não”:

Mauro Tramonte (Republicanos).

O presidente – Votaram “sim” 13 deputados. Votou “não” 1 deputado. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

### **Declaração de Voto**

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputados e deputadas, público que nos assiste. Eu votei favoravelmente, presidente, a todos os requerimentos e queria chamar a atenção para um requerimento oriundo de uma visita técnica que fizemos com a Comissão do Trabalho ao Hospital João XXIII. Esse pedido era para entender por que o governo do Estado, o governador Zema, desde que tomou posse, vem agindo no sentido de privatizar os hospitais de médio e grande porte. A ação que está acontecendo tanto no Hospital João XXIII quanto no João Paulo é de fusão dos dois hospitais e trouxe uma crise gigante principalmente porque o João Paulo atende crianças, crianças queimadas, pacientes graves. A fusão trouxe um transtorno não só porque o João XXIII já trabalha com uma superlotação, mas também porque ela despreza a estrutura organizativa do hospital. Nós sabemos do interesse e do desejo do governador de privatizar tudo, mas o SUS reage. Os trabalhadores dos dois hospitais procuraram

esta Casa, e, a partir dessa visita, nós identificamos outras violações de direito, portanto é bom que a tempo esse requerimento tenha vindo para o Plenário. Quero aproveitar, presidente, para dizer que hoje é um dia muito importante, inclusive, para resgatar a importância de haver mulheres ocupando o Parlamento. Nós também tivemos a iniciativa de apresentar um projeto de lei, que foi protocolado nesta Casa hoje, celebrando o dia 24 de fevereiro, presidente, que é o dia em que as mulheres conquistaram o voto. Quanto a essa história, nós apresentamos um projeto de lei para que o dia 24 de fevereiro seja um dia destinado, um dia estadual da mulher na política. A história e a fundamentação do nosso projeto, assinado por outros deputados e outras deputadas desta Casa, passa por esse histórico. Infelizmente o Brasil é o País que está em 40º lugar, pior, em número de mulheres ocupando o parlamento, ocupando espaço político. E não é diferente nesta Casa. Infelizmente nós temos 77 deputados, 77 cadeiras, e hoje apenas 9, menos de 10%, de 11% são ocupadas por mulheres. Então esse projeto de lei, escrito por outras mulheres que também reconhecem o quanto esse dia, o dia 24 de fevereiro, sendo destinado dia estadual para a mulher na política, é também uma forma de denunciar o quanto a política ainda é construída majoritariamente por homens que, muitas vezes, não observam o que está acontecendo no Hospital João XXIII, que está perdendo toda a sua estrutura. Não só o João XXIII, mas o socioeducativo. Os profissionais têm acampado aqui na Casa para denunciar a destruição da política de segurança pública para os nossos jovens, a partir de interesse único e exclusivo de entregar o serviço público nas mãos da iniciativa privada. Essas são as minhas palavras, presidente. Agradeço.

### Questões de Ordem

A deputada Andréia de Jesus – presidente, quero fazer questão de ordem. Questão de ordem, presidente. Inclusive é importante registrar nos anais da Casa essa demanda do socioeducativo, debates nos quais esta Casa precisa se aprofundar, que é o papel do serviço público. Com isso, com a questão de ordem, eu quero trazer que, na programação da Sempre Viva, nós tivemos esse cuidado de trazer debates que ainda estão superficiais aqui na Casa, como o retorno às aulas, como a empregabilidade para as mulheres. Neste mês de março, nós já iniciamos com projeto de lei. Também garantiremos, na programação da Sempre Viva, espaço para debates com diversos campos. Essa programação rica começa no dia 8 de março, anunciando o edital aberto para o Estado de Minas Gerais, dando visibilidade e distribuindo a renda para as mulheres, que é a garantia de um edital para seleção de fotos produzidas por mulheres e que dê visibilidade à produção artística das mulheres no Estado todo. Outra programação também que estamos preparando é o seminário. É esse que eu estou dizendo. O seminário foi provocado pelas mulheres do Estado. Mais de cinquenta mulheres participaram de diversas reuniões da Sempre Viva. Estão cobrando desta Casa um posicionamento em relação à volta às aulas. Estão cobrando desta Casa um posicionamento de um programa de empregabilidade para as mulheres e, principalmente, pensando como será, como chegará a vacina a todos e todas. Qual é o plano para que o governo do Estado receba os recursos, inclusive os que esta Casa entregou ontem – foram quase R\$80.000.000,00? Para que sejam de fato investidos em insumos para a produção de vacina pela Fundação Ezequiel Dias aqui, no Estado. Com isso, presidente, finalizo dizendo que, no mês de março, a gente vai cumprir essa tarefa histórica, reforçando a necessidade de ter mais mulheres ocupando o Parlamento para trazer debates que, muitas vezes, ficam na planilha. Nós não estamos discutindo planilha de custos, como quando o governador fala de eficiência. Nós estamos falando de qualidade de serviço público, de qualidade no atendimento às pessoas que sofrem agora com chuva, mas também não com a chuva, mas com as cidades sem gestão, com as cidades que estão nas mãos do agronegócio. O que aconteceu em Santa Maria foram terras inteiras devastadas, terras onde só boi pisa. De fato, a terra onde boi pisa será assoreada, e isso vai causar esses grandes desastres que a gente está vendo. No seminário, a gente pretende garantir a presença da Luiza Trajano, do Magalu, do Magazine Luiza. Ela estará prestigiando o evento da Casa, mas também trazendo toda a sua experiência como mulher, como empreendedora e como grande empresária que tem trazido exemplos de sustentabilidade, mas também preocupada com pautas sociais, para as mulheres, que vêm chegando a esta Casa. É isso, presidente.

O deputado Bartô – Presidente, muito obrigado. Só deixar registrado que ontem estive presente em Santa Maria de Itabira, uma das três cidades que foi fortemente atingida neste final de semana. As três piores cidades, isto é, as cidades mais atingidas foram:

Carangola, Espera Feliz e Santa Maria de Itabira. Gostaria de visitar todas essas cidades, mas, no caso, foi algo emergencial, e a nossa presença foi feita às pressas, então acabei indo à cidade mais próxima daqui, mas fica registrada a nossa solidariedade a todas. Uma vez presente, muitas pessoas até perguntam o que eu tinha para fazer lá naquele local, mas acho importante, como representante, haver uma autoridade onde houve um problema tão grande como esse, o que, num primeiro momento, serve de alento à sociedade, porque mostra que o Estado está presente, o Estado está preocupado e o Estado está com olhos voltados para a cidade. Num segundo momento, é mais para realmente me colocar à disposição das autoridades que estão tomando a frente, e aqui deixo os meus parabéns para a Defesa Civil, tanto estadual como municipal e federal, porque até a própria Defesa Civil Federal esteve lá também representando a União. Em especial, quero parabenizar a Prefeitura de Itabira, que muito me surpreendeu. Como todos sabem, Santa Maria é uma cidade pequena, com em torno de dez mil habitantes, então é claro que a sua estrutura e o seu preparo ficam um pouco aquém de uma cidade maior, como Itabira. Então a maior cidade da região encaminhou ajuda por meio do seu próprio secretariado, fazendo-se presente o dia todo. Também participei de reuniões na parte da manhã, visitei o local onde estavam os desabrigados na parte da tarde e estive presencialmente onde houve os piores problemas na cidade. Enfim, então é muito interessante ver que a cidade da comarca ao lado mostrou-se solidária ao enviar secretários para auxiliar também nessa gestão do caos. Só queria mesmo deixar o registro de que a Assembleia de Minas Gerais sempre estará presente onde o povo mineiro necessita. Obrigado.

#### Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 25, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.345/2021

#### Mesa da Assembleia

#### Relatório

De autoria do deputado Tadeu Martins Leite, a proposição em análise requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o detalhamento dos projetos, com os respectivos custos, e do cronograma do pactuado no item 5.10 e Anexo III – Programa de Mobilidade, que faz referência à construção de pontes em São Francisco, Manga e São Romão, sobre o Rio São Francisco, e sobre a pavimentação da MG-402, no trecho localizado entre os Municípios de Urucuia e Pintópolis.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 13/2/2021, vem a matéria a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A proposição em tela pretende requisitar informações sobre o detalhamento dos projetos, com os respectivos custos, e do cronograma do acordo pactuado com a Vale S/A, no item 5.10 e Anexo III – Programa de Mobilidade, que faz referência à construção de pontes em São Francisco, Manga e São Romão, sobre o Rio São Francisco, e sobre a pavimentação da MG-402, no trecho localizado entre os Municípios de Urucuia e Pintópolis.

Quanto ao teor da matéria em análise, cabe informar que o acordo judicial firmado em 4 de fevereiro de 2021 entre o governo do Estado e a mineradora Vale S/A, no valor de R\$ 37,68 bilhões, estabelece algumas obras como medidas reparativas a serem realizadas nas regiões atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho. O Anexo III – Programa de Mobilidade dispõe

que o montante de R\$4.950.000.000,00 será destinado a uma lista indicativa de projetos, que contempla a construção de pontes em São Francisco, Manga e São Romão e a recuperação de rodovias pavimentadas em pior situação. Diante desse cenário, o pedido de informações descrito é de extrema importância para que esta Casa possa acompanhar e fiscalizar a execução dessas relevantes obras.

Já quanto à legitimidade da iniciativa, lembre-se que, segundo a Constituição do Estado, em seu art. 54, § 2º, a Mesa da Assembleia pode encaminhar pedido escrito de informação a secretário de Estado, e a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade. A proposição também está respaldada pelo inciso III do art. 46 do Regimento Interno, que assegura ao deputado, uma vez empossado, o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. Além disso, está de acordo com a alínea “c” do inciso VIII do art. 79 de mesmo regimento, segundo o qual a Mesa da Assembleia somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa.

Entendemos, assim, a pertinência do requerimento, por se tratar de matéria referente a investimentos em obras para o Estado e pelo fato de as informações requisitadas serem de extrema importância para que este Parlamento possa acompanhar as políticas públicas de transporte e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Não obstante, a Constituição do Estado, baseada em dispositivo semelhante da Constituição da República (art. 50), não menciona o governador do Estado ao estabelecer hipóteses de pedido escrito de informação e de convocação de autoridades públicas. Assim, de forma a aprimorar a redação do requerimento, apresentamos, ao final do parecer, o Substitutivo nº 1.

#### **Conclusão**

Conforme o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 7.345/2021 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

#### **SUBSTITUTIVO Nº 1**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 46, III, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado aos secretários de Estado de Governo e de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o detalhamento dos projetos, com os respectivos custos, e do cronograma do acordo pactuado com a Vale S/A no item 5.10 e Anexo III – Programa de Mobilidade, que faz referência à construção de pontes sobre o Rio São Francisco nos Municípios de São Francisco, Manga e São Romão, e sobre a pavimentação da MG-402, no trecho localizado entre os Municípios de Urucuaia e Pintópolis.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de fevereiro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antônio Carlos Arantes, relator.



### **REQUERIMENTOS APROVADOS**

#### **REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

#### **REQUERIMENTO Nº 756/2019**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o Hospital Regional de Juiz de Fora, especificando a

previsão para a finalização das obras, a expectativa para que o espaço seja utilizado; a existência dentro do hospital de algum equipamento, material ou estrutura que pode se deteriorar pela falta de uso, exposição ao tempo ou outra circunstância, com a discriminação dos itens que corram esse risco de deterioração.

Sala das Reuniões, 11 de abril de 2019.

Comissão de Saúde.

#### **REQUERIMENTO Nº 4.595/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre o procedimento adotado para a emissão de Certificado do Registro de Arma de Fogo – Craf – ou Porte de Arma de Fogo – PAF –, tendo em vista os inúmeros relatos de excessiva demora, que tem prejudicado os militares que já venderam suas armas de fogo ou se encontram com o Craf vencido, à espera de nova emissão.

Sala das Reuniões, 5 de fevereiro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 4.619/2020**

A Deputada Delegada Sheila, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o funcionamento do atendimento médico e disponibilização de bolsas coletoras aos pacientes ostomizados no estado de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 10 de Fevereiro de 2020.

Delegada Sheila.

#### **REQUERIMENTO Nº 4.648/2019**

A Comissão de Transporte, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações substanciadas na relação das obras realizadas pelo Estado ou com seu apoio financeiro e operacional, destinadas à mitigação do risco de enchentes, alagamentos e desabamentos em áreas urbanas e rurais do Estado.

Sala das Reuniões, 11 de Fevereiro de 2020.

Comissão de Transporte.

#### **REQUERIMENTO Nº 4.803/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho criado por essa secretaria e pelo Deer com o objetivo de discutir e apresentar propostas para melhorar “os instrumentos normativos que regem o transporte rodoviário intermunicipal e metropolitano fretado de pessoas, notadamente o Decreto Estadual nº 44.035, de junho de 2005”.

Sala das Reuniões, 20 de fevereiro de 2020.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### REQUERIMENTO Nº 4.943/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o cronograma de execução das obras previstas no Edital nº 13/2018, que dispõe sobre melhoramento e pavimentação do trecho rodoviário Dores do Turvo - Entroncamento da MG-132 (Alto do Rio Doce), na Rodovia MG-280, e construção de pontes sobre o Rio Santo Antônio e o Rio Xopotó.

Sala das Reuniões, 12 de março de 2020.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### REQUERIMENTO Nº 5.709/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado à presidente da Fundação João Pinheiro pedido de informações sobre o Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ) para os Territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha, bem como todas as ações encetadas pelo programa e quais foram os indicativos, sugestões e soluções que o plano apresentou.

Sala das Reuniões, 27 de maio de 2020.

Carlos Henrique

**Justificação:** O Governo Estadual, através da Fundação João Pinheiro, juntamente com a Cemig Geração e Transmissão S.A, na qual financiou a iniciativa de desenvolver o Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ) para os Territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha. Este projeto define estratégias que tem por objetivo nortear ações voltadas para o desenvolvimento dos territórios da região.

O Vale do Jequitinhonha costuma ser descrito a partir de vários elementos: a poeira, a aridez, o sol, o calor, o rio, por exemplo, vão formando seu ambiente. Os tropeiros, canoieiros, pescadores, artesãos, lavadeiras, romeiros são alguns de seus personagens sempre lembrados. A junção disso tudo compõe as suas muitas narrativas, forjadas tanto na dureza quanto na delicadeza da existência. São muitas as contradições, próprias de qualquer ambiente humano, muitas as diferenças.

Essa região possui os menores índices de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Grande parte de sua população vive em extrema pobreza. Seu meio ambiente é sistematicamente agredido pelas atividades mineradoras, de carvoaria e o uso indiscriminado do fogo pela agricultura familiar. E por esses motivos o Vale Jequitinhonha é conhecido por muitos como o Vale da pobreza.

Os territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha são constituídos por 59 municípios e somam uma população de aproximadamente 770 mil pessoas, das quais 38% vivem no meio rural, percentual duas vezes maior do que o observado para o estado. Em termos econômicos, respondem por 1,3% do PIB mineiro. Ambos os territórios têm como característica a baixa disponibilidade de recursos hídricos e a dependência econômica do setores serviços, da administração pública e da agricultura familiar.

A indústria tem participação muito pequena no Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha, especialmente no subsetor de transformação, que sofre com o relativo isolamento da região, com as lacunas de infraestrutura e com a falta de mão de obra qualificada.

Por outro lado, houve avanços na área social nas últimas décadas com a institucionalização dos sistemas de saúde (SUS), de assistência social (SUAS) e de educação. Outras importantes características dos dois territórios são a riqueza do patrimônio e das manifestações culturais; populações com forte senso de pertencimento e potencial para a mobilização social; e a intensa atuação de instituições da sociedade civil, muitas delas voltadas para projetos sociais.

É necessário definir um conjunto de estratégias que visam nortear ações voltadas para o desenvolvimento dos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha, e conforme informações do plano, foram organizadas em cinco eixos de intervenção: recursos hídricos, desenvolvimento produtivo, desenvolvimento social, infraestrutura econômica e gestão municipal.

Composto por seis volumes, o PDVJ abrange Estratégias e Ações; Demografia e atividades econômicas principais: estudos de base; Diagnósticos Propositivos dos setores produtivo, social, de infraestrutura econômica e de gestão municipal; e o registro técnico e documental das Oficinas Participativas realizadas desses Territórios de Desenvolvimento. Além destes volumes, foi também produzido um almanaque de divulgação.

O processo de elaboração do Plano envolveu o esforço de rever cuidadosamente estudos e planos prévios, incorporar práticas participativas e propor ações com chances reais de implementação por parte do Governo Estadual.

Cumpramos ressaltar que, a Associação Mineira de Municípios – AMM não foi específica em relação às ações encetadas pelo Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ) para os Territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha, nem tampouco quais foram os indicativos, sugestões e soluções que o projeto apresentou.

Por fim, esse requerimento visa encontrar informações, por meio da Fundação João Pinheiro – FJP referente ao Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ) para os Territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha, para que essa Casa Legislativa possa contribuir com o desenvolvimento dessa região, bem como planejar estratégias para ajudar a população que reside no Vale do Jequitinhonha.

#### **REQUERIMENTO Nº 5.710/2020\***

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao presidente da Fundação João Pinheiro pedido de informações sobre o Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha – PDVJ – para os territórios do Alto e do Médio e Baixo Jequitinhonha, bem como sobre todas as ações encetadas pelo programa e os indicativos, as sugestões e as soluções que o plano apresentou.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 25/2/2021.

#### **REQUERIMENTO Nº 5.892/2020\***

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre:

1 – montante arrecadado nos termos do art. 26, II, da Lei Estadual nº 20.824, de 31/7/2013, desde sua promulgação;

2 – relação de projetos esportivos aprovados e apoiados nos termos do art. 27 da Lei Estadual nº 20.824, de 2013, desde sua promulgação;

3 – valor executado para o apoio dos projetos de que trata o item anterior.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 25/2/2021.

#### REQUERIMENTO Nº 6.355/2020\*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada Ana Paula Siqueira requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o cronograma de implantação, nas unidades socioeducativas, da modalidade de cogestão entre Estado e grupos privados e posterior retorno da gestão à iniciativa pública, em consonância com o art. 22 da Lei nº 23.750, de 2020, bem como sobre quais medidas serão adotadas em relação aos servidores efetivos que atuam nessas unidades.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 25/2/2021.

#### REQUERIMENTO Nº 6.692/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Betão aprovado na 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as ações realizadas em benefício dos mais de 150 mil alunos matriculados na educação de jovens e adultos – EJA – no Estado durante a pandemia, especificando-se os recursos usados para manter a motivação dos alunos e para monitorar seus estudos nas aulas remotas; o controle de evasão ou qualquer outro tipo de suporte para quem, por exemplo, estava no começo da alfabetização; a avaliação virtual futura desses alunos e o nível de acesso à internet e à educação remota em geral.

Sala das Reuniões, 4 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**Justificação:** Mesmo antes da pandemia, um estudo feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostrou uma queda de 7,7% no número de matrículas de alunos na EJA, a nível Brasil. Portanto, frente às dificuldades e a falta de estrutura que o Estado de Minas Gerais tem proporcionado aos alunos, é de extrema importância saber a realidade desses alunos no contexto da pandemia. É importante lembrar também a função da EJA, que é capacitar e ampliar as chances de empregabilidade de jovens e adultos no mercado de trabalho por meio da conclusão dos cursos equivalentes aos ensinos fundamental, denominada etapa I (1º a 9º ano), e do médio, denominada etapa II (1º ao 3º ano). Para ingressar, os estudantes devem ter idade a partir dos 15 anos, para participar da primeira etapa, ou no mínimo 18 anos para as turmas da segunda etapa. Neste sentido, ciente da relevância do assunto para esta Comissão, rogo aos nobres colegas a aprovação do presente requerimento.



### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/2/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 25/2/2021, que exonerou Carlos Roberto Lima, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 25/2/2021, que exonerou Suely Gonçalves do Carmo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

exonerando João Batista Credson Ferreira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando, a partir de 25/2/2021, Marcelo Flamarrion Beze Pena, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

exonerando Maria Eduarda Duca Costa Mattos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando Sara Lopes do Nascimento, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Bloco Minas são Muitas;

exonerando, a partir de 25/2/2021, Sirely Dimitrius Borges Chaves, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Altamiro Lacerda de Almeida Junior, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fernando Pacheco;

nomeando Caroline Vilela Maia Paschoalini, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Cleiber de Carvalho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputado Bosco;

nomeando Dioclides José Maria, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Elisabeth Fonseca Neves Gazzola, padrão VL-51, 6 horas, com exercício no Bloco Minas são Muitas;

nomeando Eloiza Helena Gomes Mizael, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Charles Santos;

nomeando Erica Grazielle dos Santos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputado Gustavo Mitre;

nomeando José Ronald de Sales Viana, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Bloco Minas são Muitas;

nomeando Kátia Bernardes Resende Dias, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputado Coronel Sandro;

nomeando Lavater Pontes Neto, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Márcia de Jesus Martinez Vieira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Charles Santos;

nomeando Marco Aurélio Simão, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputado Roberto Andrade;

nomeando Matheus Cheib Baeta, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputada Laura Serrano.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 81/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: M<sup>3</sup> Consultórios Odontológicos Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e aos respectivos dependentes. Vigência: 60 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239-3.3.90(10.1).

 **ERRATAS****ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/2/2021**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/2/2021, na pág. 3, sob o título “Ofícios”, no primeiro resumo de ofício do Sr. Luiz Marcelo Cabral Tavares, no despacho, onde se lê:

“(– Anexe-se ao referido requerimento.)”, leia-se:

“(– Prorrogado o prazo, nos termos do art. 7º da Deliberação nº 2.738/2020.)”.

**PROJETO DE LEI Nº 2.478/2021**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/2/2021, na pág. 14, no despacho, onde se lê:

“nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno”, leia-se:

“nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno”.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 972/2019****Mesa da Assembleia**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/2/2021, na pág. 163, no título, onde se lê:

“REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 972/2019”, leia-se:

“REQUERIMENTO Nº 972/2019”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/2/2021, na pág. 169, onde se lê:

“nomeando Breno Boaviagem de Araújo, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria”, leia-se:

“nomeando Breno Boaviagem de Araújo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência”.

E onde se lê:

“nomeando Renato Alves Pereira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria”, leia-se:

“nomeando Renato Alves Pereira, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência”.